

Salário não acompanha reajuste

Ao adotar o sistema de majoração baseado em Obrigações do Tesouro Nacional, os estabelecimentos de ensino criam um problema orçamentário aos pais dos alunos. Apesar de quitar um débito que varia mensalmente de acordo com o mercado econômico, eles não têm aumentos salariais no mesmo nível. Para Oswaldo Sainger, da entidade patronal, "se a escola se preocupar com a categoria profissional de cada responsável, vai extrapolar. Não se pode fazer nada".

Garante que a preocupação maior é com a qualidade do ensino e com os professores "que só terão seus reajustes se não aderirem à greve". Advertiu que as escolas que estão "até

otinizando" anteciparam-se ao acordo coletivo de trabalho. "Elas já estão trabalhando como se as conversações tivessem sido adiantadas".

"Isso é normal. Todo ano é assim, pois a data-base é no início do ano. Muitos professores gostaram da determinação". Para o representante do Sindicato dos empregados, essa decisão dos patrões visa apenas esvaziar o movimento "e ainda por cima, elitizar ainda mais o ensino, já que o próprio Governo, através do decreto 95.720, liberou as mensalidades, que agora são pagas em OTN".

DUPLA ECONOMIA

Esta é a opinião também do

presidente da Associação de Pais de Alunos das Escolas do DF, Luiz Cassemiro dos Santos. "Os donos de escola, como o Inei, dizem que a maioria de seus custos são em OTN. Mas, sinceramente desconheço isso, pois que eu saiba, eles têm despesa é com pagamento de pessoal, eletricidade, água e material interno e, até agora, nenhum desses itens foram pagos em OTN, e sim em cruzado". O dirigente da APA entende que no Brasil, hoje, existem duas economias: "uma determinada pelo Governo e a outra por quem tem liberdade de cobrar o que quiser".

O culpado de todo este barulho, a seu ver, só é o próprio decreto que liberou as mensalidades. Justamente para tentar revogá-lo, é que nos próximos dias 10 e 11, no Ministério da Educação, estarão reunidos representantes de todas as Associações de Pais e Alunos de Escolas do Brasil. "Afinal, o documento foi feito para beneficiar os proprietários de escola, e não seus usuários".

Trata-se, segundo ele, de um decreto *suigeneris*, que precisa ser revisto. "A não ser que queiram submeter os pais de alunos a este abuso no preço das mensalidades; ou então, que eles lutem por uma vaga nas escolas públicas que, a essa altura, já estão lotadas".